

Canoas, v. 11, n. 2, 2022

 <http://dx.doi.org/10.18316/desenv.v11i1.9700>

Produtos de memória: a produção documental da Associação de ex-alunos do Instituto de Educação General Flores da Cunha de Porto Alegre/RS

Catiele Alves de Souza¹

Valdir Morigi²

Resumo: O objetivo do artigo é conhecer os produtos de memória institucional a partir do estudo de caso realizado com a Associação de Ex-alunos do Instituto de Educação General Flores da Cunha (AExAIE), situada na cidade de Porto Alegre/RS. Apresenta parte da produção documental desta instituição preservada pelos seus ex-alunos. Os registros memoriais incluem diversos documentos como: cartas, convites, atas de reuniões, livros, fotografias, objetos e o Boletim periódico editado pela Associação. O estudo foi realizado em Porto Alegre/RS durante o segundo semestre do ano de 2020. Consiste em uma Pesquisa qualitativa que utiliza como técnica de coleta de dados a entrevista e a análise documental da Associação. A partir da análise da produção documental e das narrativas dos associados foram identificados os principais produtos de memória os quais permitem que os ex-alunos ativem as suas lembranças sobre o Instituto de Educação General Flores da Cunha e de sua participação na Associação. Conclui-se que os produtos de memória institucional constituem o acervo da memória da Associação e sua preservação auxilia na construção e no fortalecimento da identidade do grupo.

Palavras-chave: Memória. Memória institucional; Instituto de Educação General Flores da Cunha (IE); Associação de Ex-alunos do Instituto de Educação General Flores da Cunha (AExAIE)

Memory products: the documentary production of the Associação de alumni of the General Flores da Cunha Institute of Education in Porto Alegre/RS

Abstract: The objective of this article is to know the institutional memory products from the case study done with Associação de Ex-alunos do Instituto de Educação General Flores da Cunha (AExAIE), placed in Porto Alegre city/RS. The article brings some documentary production of that institution preserved by their alumnis. The memorial records include several documents, such as letters, invitations, reunion minutes, books, photographs, objects and the periodic bulletin edited by the Association. The study was done in Porto Alegre/RS during the second semester of 2020. Qualitative research uses as technique data collection the interview and the documentary production of the Association. From the documentary production analysis and members' narratives were identified the main memory products and they allow alumnis activate their memories about the Instituto de Educação General Flores da Cunha and from their participation in the Association. It concludes that the products of institutional memory which form the Association's memory collection and its preservation assists on the construction and strengthening of the group's identity.

Keywords: Memory products. Institutional memory; Alumnus Association Of Instituto De Educação General Flores da Cunha; Instituto De Educação General Flores Da Cunha.

1 Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bibliotecária no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (UFRGS). Endereço: Av. Bento Gonçalves, 9500 Prédio 43321 - Agronomia, Porto Alegre - RS, 91501-970. E-mail: catiele.alves@ufrgs.br

2 Pós-doutor em Memória social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor titular do Departamento de Ciências da Informação e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCIN) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

1 Introdução

As transformações tecnológicas, a automatização de rotinas e a aceleração do tempo advindas da pós-modernidade, prejudicam a capacidade de lembrar devido ao excesso de informações, o que pode acarretar apagamentos culturais. Para isso são necessárias ações e políticas que salvaguardam a memória e a informação, que não existem apenas por si mesmas, resultam de um processo de construção social, seja para o criador da informação, seja para o seu consumidor.

O objetivo deste artigo intitulado “Produtos de memória e a produção documental da Associação de ex-alunos do Instituto de Educação General Flores da Cunha de Porto Alegre/RS” é conhecer sua memória analisando quais produtos foram criados e armazenados desde sua fundação na década de 60. Entendemos que, para além da história oficial contada pela escola, sua longa Associação de ex-alunos tenha uma importante narrativa a acrescentar através de suas memórias. Uma vez que a memória serve de suporte para evocar seus significados e lembranças, analisaremos os produtos de memória da Associação do ponto de vista de autores que abordam a memória institucional.

Esta publicação é derivada da dissertação de mestrado em Ciência da Informação da UFRGS intitulada: “Informação e Memória Institucional: um estudo de caso sobre a produção documental da Associação de Ex-alunos do Instituto de Educação General Flores da Cunha de Porto Alegre/RS.” O estudo apresenta parte da produção documental desta instituição preservada pelos seus ex-alunos. Os registros memoriais incluem diversos documentos, como: cartas, convites, atas de reunião, livros, fotografias, objetos e o Boletim periódico editado pela Associação. A pesquisa foi realizada em Porto Alegre/RS, durante o segundo semestre do ano de 2020.

A Associação de Ex-Alunos iniciou seus trabalhos em 1960, no prédio do Instituto, situado na Rua Osvaldo Aranha, 527, sala 116 em Porto Alegre/RS. Com o início do restauro do prédio em 2016, as instalações foram transferidas para escolas próximas. A associação passou a localizar-se em uma pequena sala da escola Dinah Neri Pereira, em frente ao Parque da Redenção. Inicialmente, a obra estava prevista para ser concluída em 2017, porém, ainda em 2022 as obras não estavam concluídas.

O estudo sobre os produtos de memória se mostra relevante porque amplia a visão da instituição para além da versão oficial. Os registros documentais, sua guarda e o seu compartilhamento possibilitam a preservação da memória das instituições ao mesmo tempo em que auxiliam na construção e no fortalecimento da identidade do grupo.

2. Embasamento teórico

2.1 Memória institucional

Podemos afirmar que as informações, ao serem guardadas nos setores de documentação pelas instituições são eleitas conforme a cultura, a missão e os valores locais. “Neste sentido, as informações retidas, que passaram pelo filtro individual (que também é social) são organizadas e recriadas no presente, dentro de um processo dinâmico.” (THIESEN, 2013, p. 241). Isto é, a memória está fortemente ligada ao presente, pois as informações rememoradas são sempre interpretadas sob a luz do agora. As lembranças do passado são recriações e a memória é vista como um processo (THIESEN, 2013). Em suma, as lembranças

não são aprisionadas nas células cerebrais, mas sim recombinadas a cada demanda. Sendo assim, não há memória sem o presente, é o acontecimento que evoca o que foi guardado.

Para Thiesen (2013), a informação e a memória se relacionam, enquanto a informação é uma seleção de elementos. A repetição destes itens é responsável por cristalizar estas marcas as quais damos o nome de memória. A memória então é formada destes itens que se confirmam ao longo do tempo.

Dar atenção à memória de uma instituição demonstra respeito com a cultura e senso de coerência com os objetivos propostos em sua criação. As memórias deixarão evidências da trajetória de uma instituição, facilitando o seu autoexame, relembando aos atores envolvidos o motivo de sua existência e renovando seu propósito. As instituições também possuem uma memória a resguardar (THIESEN, 2013).

Instituições como escolas, empresas públicas, templos religiosos, clubes e hospitais são consideradas pessoas jurídicas, isto é, possuem um documento que declara a sua existência a partir de determinada data, com direitos e obrigações. Com o passar do tempo, são geradas uma massa de documentos administrativos, documentos de divulgação e publicidade, relações interinstitucionais, objetos, mobiliário, instalações físicas e virtuais, fatos e pessoas que circulam pela instituição e que carregam memórias. Essas lembranças, quando organizadas com um propósito, constituem sua memória institucional (THIESEN, 2013). Entretanto, como lembra Thiesen (2013), a memória deve ser contada utilizando outras fontes, além dos documentos oficiais de uma instituição.

Adotaremos o termo memória institucional para este artigo porque se relaciona de forma mais adequada com o tipo de memória que estamos investigando, uma memória com vistas a ser legado para a sociedade.

Para Thiesen (2013), a instituição se atualiza na organização, a partir dos costumes instituídos que dão forma a elas. Segundo a autora, é importante não confundir memória da organização com memória da instituição. A primeira se refere ao tratamento da informação visando a eficiência, enquanto a segunda diz respeito a hábitos e culturas legitimadas socialmente. Podemos afirmar que, quando falamos de instituição, trata-se da alma do lugar, algo mais profundo que o rege, que provém dos hábitos sociais coletivos e, quando falamos de organização, referimo-nos às ações que visam resultados mais palpáveis e imediatos como lucro, produtos, serviços (THIESEN, 2013). Memória organizacional e empresarial nos remete à empresa. O termo Instituição nos remete às demais instituições, geralmente públicas, que tem um fim social.

Memória institucional e organizacional são conceitos que se complementam, porém possuem focos distintos. O primeiro conceito está ligado à área pública, sendo o trabalho realizado por servidores do Estado, comumente cargos como arquivista, bibliotecário, museólogo, historiador, profissionais de comunicação social. Já o segundo, está associado à rede empresarial e tem nos profissionais de comunicação social seu expoente (NASSAR, 2012; PARRELA, NASCIMENTO, 2019).

Nassar (2012) afirma que o Brasil sofreu, no início dos anos 90, influências de novas abordagens administrativas, como a 5S, ferramenta japonesa de gestão de empresas, que incentivava que os colaboradores das empresas jogassem fora todos os objetos, fotografias e papéis velhos, colocando assim boa parte da memória da instituição no lixo. Após esse período, ocorreu uma corrida para recuperar a memória perdida e o ambiente empresarial, no qual os gestores, preocupados com a imagem a ser passada para a sociedade, encontraram uma nova fase para sua memória através da comunicação organizacional e de suas relações públicas.

Entretanto, a memória institucional não pode ser vista como um aglomerado de informações históricas sobre a instituição, mas deve servir como instrumento de divulgação e reflexão do papel social, da responsabilidade e da sustentabilidade (THIESEN, 2013). A instituição representa uma parte da sociedade, sendo assim, salvaguardar sua memória significa também preservar a cultura.

O Brasil possui importantes registros de instituições que retratam o cotidiano de trabalhadores, escolas, associações, os quais nos permitem entender como ocorreram as transformações dos costumes ao longo do tempo (NASSAR, 2012). Comumente Museus, Arquivos e Bibliotecas são as instituições que realizam a coleta e a gestão de memórias, porém cada instituição deve ter uma equipe própria para realizar essa tarefa.

Os repositórios institucionais, por exemplo, são maneiras das instituições preservarem o que produzem e de divulgarem sua imagem através de documentos, vídeos e outros materiais. Porém, para isso, são necessários investimentos em infraestrutura tecnológica e de recursos humanos. Organizar a própria memória é uma maneira da instituição olhar para suas estruturas e verificar o retorno social de maneira adequada, cumprindo seu papel. Representa um momento para revisão de sua missão, visão e valores (THIESEN, 2013).

Memória e instituição estão ligadas aos conceitos de sociedade, socialização e imagem que temos de nós mesmos e dos outros na sua relação com as instituições. Para Pazin e Vitoriano (2019), existem três áreas com as quais a memória institucional pode contribuir: o fortalecimento da cultura organizacional, a manutenção da reputação institucional e a gestão do conhecimento corporativo. De acordo com a autora, a apreensão da cultura organizacional ocorre em três níveis: artefatos, crenças e valores e pressupostos básicos. Artefatos são compostos pela linguagem, vestuário, documentos e memória dos colaboradores. Crenças e valores são perpetuados através da comunicação institucional, suportes documentais e, até mesmo, brindes e festas que compõem os rituais. Este nível reforça e representa a identidade do grupo. Os pressupostos básicos dizem respeito à memória que pode colaborar para o fortalecimento da imagem da instituição perante os colaboradores, no sentimento de pertencimento, fortalecimento do vínculo, criação de lideranças. Os três níveis combinados podem colaborar para fortalecer ou remodelar a cultura de uma instituição. Em suma, tanto o fortalecimento da cultura, quanto a manutenção da reputação e a gestão do conhecimento, precisam estar coerentes, ou seja, com informações que partam da mesma fonte, e a fonte ser uma instituição com uma memória forte e organizada é algo que pode trazer um elemento de confiança e transparência, fazendo com que a sociedade enxergue de maneira positiva a instituição (THIESEN, 2013).

A área da reputação trata da imagem frente ao externo, algo cada vez mais considerado pelas instituições devido ao avanço da comunicação através de redes sociais e a possibilidade de *feedbacks* imediatos por parte do público. A comunicação com o público externo tem na memória um importante aliado, ao apresentar o conceito de identidade e acompanhamento das mudanças institucionais ao longo do tempo. É a memória de que uma instituição possui mais resultados positivos do que negativos que colabora para proteger sua imagem em momentos de crise (PAZIN; VITORIANO, 2019).

Gestão do conhecimento como ativo: consiste na captura e organização do conhecimento gerado localmente de forma que este retorne em forma de valor à organização. Para que isto ocorra é preciso haver mecanismos que permitam tanto a preservação quanto a disseminação do conhecimento. (PAZIN; VITORIANO, 2019).

A recuperação da memória representa a imagem que uma instituição deseja preservar de si mesma perante a sociedade e é diferente das memórias pessoais e de seus colaboradores. No entanto, de acordo com Thiesen (2013), as práticas sociais refletem as instituições. Ou seja, as ações dos indivíduos e dos colaboradores da instituição são o insumo que dá vida à memória daquele local. Há um movimento de preocupação por parte das instituições sobre sua imagem perante a sociedade, razão pela qual há interesse no registro e na divulgação de suas produções e atividades.

Na perspectiva de Thiesen (2013), a instituição tem vida. É uma entidade que nasce geralmente com um documento de fundação que expressa a vontade humana e coletiva. As instituições, tal qual as concebemos nesta sociedade urbana e globalizada, nasceram justamente em uma época de passagem do homem do campo para as fábricas. As relações saber-poder passam por um processo de institucionalização e suas raízes se encontram na História. Era necessário ‘domesticar’ essa massa populacional, sendo assim, a maioria das instituições que conhecemos hoje foram criadas em uma época de transição e extremo controle dos corpos.

Entretanto, todas as formas de esquecimentos institucionais moldam uma versão oficial e harmoniosa da realidade. Isso não significa que os atores envolvidos de fato esqueceram o ocorrido. Nessa linha de pensamento, afirma Thiesen (2013, p. 258), “a memória é fonte de história, mas também instrumento de resistência”. Por vezes, as versões institucionais não traduzem os sentimentos dos indivíduos que dela participam, ou seja, quando se trata de um grupo, de um coletivo, não há um discurso memorial único. Apesar de ser esta a intenção da História como disciplina, ela conta apenas versões dos fatos; a versão de quem ou do grupo que a escreveu, o grupo dominante. Assim, a memória guarda as subjetividades dos indivíduos e de pequenos grupos, quando nos referimos à sociedade.

A instituição que investe em projetos de memória possui vantagem, ao estabelecer um mapeamento de práticas, de procedimentos e de eventos ao longo do tempo. Conhecendo a identidade da instituição, é possível, através de práticas de seleção (ou esquecimento) de memórias, abrir espaço para o novo, o que permite que ela se atualize, respondendo às necessidades sociais, que são mutáveis.

Para este relembrar, a instituição utiliza-se de regulamentos, práticas, rituais, treinamentos e diferentes formas de repassar a frente seu conhecimento. Existem diversas formas de repassar o pensamento institucional à frente e nelas podemos perceber os produtos de memória e a sua gestão, como veremos a seguir.

2.2 Produtos de memória e a gestão de acervos

A memória é como um desenho constantemente sendo remodelado ao longo do tempo pela instituição. Na perspectiva de Le Goff (1996), a memória é a representação do passado no momento presente. Modificam-se alguns traços, porém corre-se o risco de destoar do desenho inicial. O fato é que, só saberemos o rumo da instituição após certo tempo e distanciamento histórico. Veremos então qual é o cenário que a memória retrata, quais fragmentos serão escolhidos e qual é a narrativa que será contada.

Comumente a memória nas organizações e instituições está relacionada aos centros de memória. Pazin e Vitoriano (2019) ressalta que os centros de memória e iniciativas desta natureza não são meros memoriais. Não se trata de uma celebração do passado nem da monumentalização deste.

Podemos perceber que os centros de memória acabam englobando uma documentação diversa, de arquivo, de museu e de biblioteca, com a presença de objetos, de documentos administrativos e históricos, como livros, objetos de arte, entre outros. Isto demonstra a ampla utilização e justifica seu uso, em um momento em que todos os setores precisam ser auto justificáveis.

Pazin e Vitoriano (2019) define que são três os usos principais da memória em organizações: fortalecimento da cultura organizacional, através do desenho de uma narrativa interna; manutenção da reputação institucional, o modo como esta narrativa é externalizada para o público e gestão do conhecimento corporativo, quando a instituição aprende consigo mesma, através da experiência de seus membros. A memória trata de documentos, de suportes, mas igualmente sobre práticas, o que se relaciona com o cotidiano do lugar inclusive o conhecimento tácito, que pode ser registrado.

Vivemos em uma sociedade complexa de consumo. Mesmo nas relações onde aparentemente não há uma relação de consumo, ela existe. Bauman (2008) já definia que transacionamos de uma sociedade de produtores (de alimentos, de artefatos, de roupas) para uma sociedade de consumidores. Atualmente a informação (e por consequência a memória), parece ter se tornado um dos bens intangíveis mais consumidos. Diversos suportes de informações tornaram-se produtos de memória.

Publicações, como livros comemorativos e revistas, junto a exposições temáticas (de longa duração, temporárias ou itinerantes) estão entre os principais produtos, utilizados como mecanismos de divulgação e externalização do acervo, em ações de comunicação interna e externa, para fortalecimento da reputação institucional. Outros produtos de comunicação podem servir para a aproximação do usuário, como brindes ou promoções, (sorteios ou concursos culturais), programas de tv, rádio ou internet (sites, blogs e páginas em redes sociais), que atuam internamente como mecanismo de integração e pertencimento e externamente como agentes de divulgação da imagem institucional. Para desenvolvimento da cultura organizacional, a elaboração de kits de integração, contendo o histórico da organização, ou de material para treinamento e capacitação de lideranças, além do suporte a festas e homenagens, são estratégias comuns de pertencimento, que podem ser desenvolvidas em conjunto com a equipe de Recursos Humanos (PAZIN, VITORIANO, 2019, p. 98-99)

Sendo a memória algo intangível, precisamos de signos, de objetos, de suportes para experienciá-la. Através da elaboração de produtos, a serem consumidos e utilizados posteriormente pelos membros, a organização fala de si, reforçando sua imagem (PAZIN, VITORIANO, 2019)

Vivemos em uma época digital, e mesmo dentro deste universo, é frequente a presença de produtos digitais de memória, como páginas, livros e museus virtuais, por exemplo. Um grande desafio para as instituições em relação à sua memória consiste em selecionar o que de fato é importante. Neste sentido, temos os documentos e itens que são úteis administrativamente e que acabam seguindo regras previstas em legislação como pré-requisito para serem guardados. Tudo o que auxilia a contar a trajetória da instituição ao longo do tempo é um documento relevante. As ações de selecionar, organizar e catalogar, acabam transformando-se em uma parte do produto. Isto deve-se ao fato de que armazenar e divulgar são ações necessárias para tornar os produtos ou acervo institucional algo acessível, seja por via impressa ou digital. Isto torna-se possível através da gestão adequada destes insumos. Utilizaremos o termo “gestão documental”, mas devido à complexidade dos acervos e do termo, a literatura também pode referir-se como gestão da informação, gestão do patrimônio ou gestão da memória.

Existem diversos itens de interesse para a memória institucional, que com frequência, para um olhar não preparado, podem ser itens facilmente descartados. Devido à complexidade do tema, enxergamos como necessário que a instituição conte com profissionais aptos a realizar uma gestão da memória. Estes profissionais necessitam ter conhecimento técnico e temático sobre memória e documentação, tais como arquivistas, bibliotecários, museólogos e historiadores. Profissionais estes que são aptos a realizar o tratamento técnico e a conversão destas memórias em produtos ou registros memoriais, derivados das ações de selecionar, organizar, catalogar, armazenar e divulgar, com o objetivo de ativar lembranças utilizáveis pela instituição. A seguir apresentamos o percurso metodológico deste estudo.

3 Percurso Metodológico

A Associação de Ex-alunos do IE foi fundada em 1960 com o intuito de aproximar ex-alunos da sua antiga escola. Foi também ponto de apoio para movimentos culturais na comunidade escolar. Produziu, durante sua trajetória, uma vasta documentação impressa, resultado da atuação das diretorias que auxiliaram na construção da memória institucional do IE, registrando e salvaguardando sua memória. Com o advento das obras de restauro do prédio da entidade e seu deslocamento para a escola Dinah Neri, já não havia espaço para a documentação, que foi entregue para higienização, estudo e salvaguarda temporária ao projeto “Estudar para Ensinar”, aos cuidados da professora Andreia Dalcin, da UFRGS.

No primeiro contato que tivemos com esse material, foi realizada uma pesquisa na internet para extrair informações formais com o intuito de aprofundar nosso conhecimento sobre as ações atuais da Associação. Entretanto, percebemos que não havia página específica da instituição. Constatamos que havia uma lacuna, um apagamento e uma história a ser contada.

No que tange à organização, a documentação encontra-se disposta em 49 pastas estilo fichário, que analisamos em sua totalidade para selecionar os documentos para nossa pesquisa. Também consultamos o inventário realizado pelo projeto que salvaguarda essa documentação, a fim de obter algumas informações mais detalhadas sobre os documentos, tais como alguns nomes, lugares, eventos.

Quanto aos tipos de documentos, além de fascículos do “Boletim Informativo”, compõem-se também de administrativos, relatórios, convites, livros do “Projeto Memória”, fotografias, cartazes de palestras, relatos de viagem, cartões postais e recortes de jornais, materiais de eventos, encontros, acervo com livros escritos por ex-alunos. Mas também documentos de tom afetivo, como fotografias, comemorações de festas e datas, cartas, convites, os tradicionais jubileus de ouro, prata e bronze comemorados por todas as turmas.

Os documentos analisados compreendem todo o período de existência da entidade, desde sua fundação, em abril de 1960, até dezembro de 2020.

Quanto à sua localização, os registros documentais estão no Instituto de Matemática e Estatística da UFRGS, situado no Campus do Vale, em Porto Alegre. Foi para ali que foram deslocados temporariamente em função das obras de restauro do prédio do IE.

Quanto à conservação, o estado atual dos documentos é bom, com 100% da documentação legível. No entanto, alguns papéis estão amarelados pelo tempo, como os documentos da época de fundação da

Associação, o Estatuto e as primeiras edições do Boletim Informativo. Não percebemos na documentação marcas oriundas de sinistros, de chuvas decorrentes e também de algumas reformas anteriores na escola, nem marcas de deterioração decorrente de pragas nos documentos.

Para compreender a relação entre a memória institucional com a Associação, a partir dos 250 registros documentais selecionados do universo documental, foi necessário classificá-los para que os mesmos fossem analisados. Assim, a análise de conteúdo e a análise documental foram os procedimentos utilizados na pesquisa. Embora sejam procedimentos semelhantes, Bardin (1977, p. 46) aponta diferenças essenciais entre eles:

A documentação trabalha com documentos; a análise de conteúdo com mensagens (comunicação). A análise documental faz-se, principalmente por classificação-indexação; a análise categorial temática é, entre outras, uma das técnicas da análise de conteúdo. O objetivo da análise documental é a representação condensada da informação, para consulta e armazenagem; o da análise de conteúdo, é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem.

A análise de conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 1977, p. 31). Consiste em vários instrumentos que podem ser adaptáveis por conta de ser aplicável a um campo vasto como o da comunicação. Seu procedimento de trabalho inclui as seguintes etapas, segundo Bardin (1977): Pré-análise, a exploração da matéria, a inferência e interpretação. A pré-análise consiste em um período inicial para estabelecimento de um plano flexível, porém preciso, de análise. Possui três etapas: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e critérios definidos para escolha das narrativas e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final. A exploração do material consiste em aplicar as decisões tomadas na etapa anterior. É uma fase mecânica e longa em que, basicamente, se faz operações de codificação e enumeração em função das regras antes formuladas. A terceira etapa, na qual ocorre o tratamento dos resultados, inferência e interpretação consistem em dados que são tratados de maneira que se tornem significativos. São confeccionados quadros e diagramas que condensam as informações e que permitem a interpretação dos resultados.

Assim, para realizar a análise do material coletado, classificamos em 7 categorias temáticas: o Instituto de Educação General Flores da Cunha; a Associação de Ex-alunos do IE; personagens; Porto Alegre, sociedade; festas e cultura; produtos de memória.

Além de documentos, também foram analisadas as informações obtidas durante as entrevistas. A entrevista contou com 4 ex-alunas do IE, que fazem parte da Associação. A entrevista, considerada por alguns autores como a técnica de coleta por excelência das Ciências Sociais (MARCONI; LAKATOS, 2017) que consiste em uma conversa efetuada face a face e permite ao entrevistador obter informações do entrevistado quanto a um assunto ou problema, pode ser estruturada (com roteiro) ou não estruturada (sem roteiro).

As entrevistas realizadas com ex-alunos que participam da Associação serviram de complemento para a análise. Desse modo, foi possível entrelaçar as informações contidas nos registros documentais com as narrativas das pessoas entrevistadas.

As categorias temáticas foram assim organizadas:

Na categoria 1, denominada “Instituto de Educação Gen. Flores da Cunha”, são englobadas as lembranças registradas nos documentos que remetem ao IE envolvendo o prédio em si, seu funcionamento, acontecimentos, lugares internos e externos e a sua relação com o bairro Bom Fim, onde localiza-se o colégio. Na categoria 2, denominada “Associação de Ex-alunos”, foram reunidas as lembranças que remetem ao papel da Associação em si, seu escopo e a documentos de fundação. Na categoria 3, denominada “Personagens”, pretendemos responder quem são os personagens que aparecem nos registros documentais. Seriam anônimos, figuras ilustres, teriam seus nomes citados? Na categoria 4 denominada “Porto Alegre”, busca-se reunir visões acerca da cidade de Porto Alegre e; através das narrativas mostrar como o cenário da cidade é representado nos registros. A categoria 5 denominada “Sociedade” buscou reunir as informações contidas nos registros que tratam das relações da Associação com outras instituições e causas sociais. A categoria 6 denominada “Festas e cultura” buscou reunir as informações contidas nos registros de manifestações artísticas, culturais, bem como festas e datas comemorativas. A categoria 7 denominada “Produtos de memória”, buscou reunir os produtos de memória encontrados. Por produto de memória, entendemos projetos e ações já realizadas pela Associação com a finalidade explícita de registrar a memória da instituição.

Para finalidade deste artigo, analisaremos os “Produtos de memória”, esses entendidos como os projetos e o resultado das ações realizadas pela Associação, com a finalidade explícita de registrar através de documentos e registros a memória da instituição. Utilizaremos como base teórica autores que tratam do tema memória institucional, tais como: Thiesen, Nassar, Pazin, entre outros.

4 Os Produtos de Memória Institucional e a Associação de Ex-Alunos do Instituto de Educação General Flores da Cunha (AExAIE)

Para compreender a memória através dos produtos produzidos e preservados pela Associação de Ex-alunos do Instituto de Educação General Flores da Cunha (AExAIE) classificamos e analisamos os seus registros (tais como bandeiras, revistas, livros, divulgações) como produtos da memória. Eles são entendidos aqui como registros memoriais, resultados das ações do grupo, com o objetivo de ativar lembranças do grupo sobre a instituição. No estudo realizado, esses produtos da memória são os livros lançados pelo “Projeto Memória” e também o “Boletim Informativo” produzido e publicado pela Associação.

Publicações, como livros comemorativos e revistas, junto a exposições temáticas (de longa duração, temporárias ou itinerantes) estão entre os principais produtos, utilizados como mecanismos de divulgação e externalização do acervo, em ações de comunicação interna e externa, para fortalecimento da reputação institucional (PAZIN, VITORIANO, 2019, p. 98)

Além disso, como produtos da memória, analisaram-se outros materiais produzidos pela Associação, como bandeiras e flâmulas e também exposições.

O “Projeto Memória” série Vida e Valores - Cadernos dos ex-alunos (Figura 1, abaixo) iniciou no ano de 2000, quando a Associação completou seu aniversário de 40 anos. No texto de apresentação da obra está escrita a intenção da série: “(...) a Associação tem uma esperança e uma tarefa grandiosa: o levantamento da memória do Instituto de Educação”. Os cadernos foram publicados na sequência de exposições de material docente que foram realizadas no IE durante o início do projeto.

Esta iniciativa do grupo resultou em uma série de publicações editadas pela Associação, que coletou biografias, fotos e relatos de ex-alunos e outras figuras do IE. A publicação está em formato impresso, em preto e branco, encadernação em grampo/canoa, com cerca de 40 folhas.

Figura 1 – Exemplar do Projeto Memória



Fonte: Acervo Associação de Ex-alunos do Instituto de Educação General Flores da Cunha

O “Boletim Informativo” na figura 2 é a publicação oficial da Associação, editado de duas a quatro vezes ao ano e enviado via correio aos seus associados. Inclui a divulgação das atividades da Associação, notícias do Instituto de Educação General Flores da Cunha, registros das festas e comemorações de datas, além de prestações de contas das direções e convites para eventos.

Caracteriza-se por uma publicação ilustrada com imagens coloridas, impressa em folha A4 dobrada ao meio, com encadernação do tipo grampo/canoa. Possui em média 10 folhas e apresenta algumas seções fixas, como o informe do departamento cultural e de divulgação, departamento de promoção humana, palavra da diretoria, coral, secretaria, tesouraria e obituário. Como seções não fixas, apresenta entrevistas, eventos e assuntos que se destacaram ao longo daquele período.

Percebemos que esses produtos de memória que constituem o acervo da Associação não possuíam a coleção completa dos Boletins, apenas algumas edições. Os demais números estão dispersos, localizados nas residências das associadas. Ainda sobre o Boletim, nos relata uma das associadas:

Mesmo sem atividade presencial nós iremos publicar o boletim, porque nós acontecemos durante a pandemia. Mas iremos publicar o boletim via correio. Ao final do ano geralmente o coral se apresenta e temos a entrega de um brinde aos participantes. Fazemos em um restaurante. É um documento importante e histórico (ENTREVISTADA C).

O relato da entrevistada C evidencia uma tensão ocorrida, entre publicar ou não o boletim no primeiro ano da pandemia, pois este servia para mostrar as variadas atividades desenvolvidas pela associação ao longo do ano, que acabaram sendo canceladas em sua maioria. A memória e a História vivem em permanente tensão. A memória errática e idealizadora, como um artesanato das lembranças, muda conforme o presente, amalgamando informações passadas com novas impressões do cotidiano. Conforme mudamos, mudam as recordações. Memória não é sonho, é trabalho (BOSI, 1979, p. 17, apud FREITAS; GOMES, 2004, p. 3). A história com sua pretensa neutralidade, criticando a tudo e a todos, cria versões assépticas da realidade. Diante da inexatidão e particularidades da memória, a História se faz necessária. É necessário saber quando as duas podem (e se podem) conviver. As atividades, sobretudo presenciais, sofreram limitações, porém passaram a ser realizadas na modalidade virtual levando o grupo a inserir-se no meio digital. Perante o cancelamento das atividades que alimentavam os conteúdos do Boletim, houve a dúvida se este deveria ser cancelado, afinal, as atividades resumiram-se aos encontros virtuais e foram necessárias alterações. Neste sentido, foi tomada a decisão de ao invés das várias edições previstas, que se publicasse uma que registrasse que sim, apesar de tudo a Associação estava na ativa durante aquele ano.

O “Boletim n.1” (Figura 2, abaixo) publicado em dezembro de 2020, por exemplo, apresenta informações sobre as atividades realizadas pela Associação durante o ano de 2020. A pandemia de Covid-19, causada pela expansão do vírus SARS-CoV-2, não foi impeditivo para as associadas deixarem de realizar as atividades, como reuniões da diretoria e ensaios do coral.

Assim, o Boletim foi publicado próximo ao Natal como um apanhado do ano de 2020 e apresenta os tradicionais registros de comemorações de datas como os jubileus, que neste ano não ocorreram de forma presencial por conta do momento pandêmico. Além do coral e das reuniões agora virtuais, o Boletim também registrou as diversas atividades remotas às quais a Associação participou, representada por membros da direção. Foram diversos eventos, seminários e publicações na área da educação e memória, onde foram convidadas a representarem e concederem relatos acerca da história da educação no estado. Em 2021 também a Associação criou uma página para o compartilhamento de notícias e memórias disponível em: <<https://exalunosdoie.wordpress.com/>>. A transmissão da memória também é algo a ser pensado, para além de sua preservação. Dar o tratamento correto a estes produtos e divulga-los à comunidade através da internet e outros meios, é o que justifica a sua existência. Um acervo não pode existir se sua função final não prever o acesso a um determinado público de modo a estabelecer um diálogo com este (PAZIN VITORIANO, 2019).

Figura 2 – Boletim n.1/ 2020



Fonte: Acervo Associação de Ex-alunos do Instituto de Educação General Flores da Cunha

A flâmula (Figura 3) é outro produto de memória que carrega os símbolos do território que representa. Além disso, ela também pode ser considerada um lugar de memória (NORA, 1993). Segundo Coser (2017, p. 235) os lugares de memória se constituem em espaços ambíguos, “naturais e artificiais, palpáveis, abstratos e necessariamente entrelaçam os âmbitos material, simbólico e funcional.” Um broche com esta simbologia era entregue aos alunos no momento de sua formatura no IE, ou seja, tornavam-se imediatamente parte do grupo dos ex-alunos, fazendo com que seu vínculo com a instituição fosse permanente. O mesmo símbolo, que representa o IE, está presente na calçada de acesso principal à escola.

Foi Nora quem cunhou e popularizou o termo “lugares de memória”, que, em linhas gerais, são todos os lugares materiais ou imateriais que a memória utiliza para apoiar suas lembranças.

Porém, autoras como Gondar; Doddebei (2005) se contrapõem ao tom pessimista de Nora e enxergam estes lugares como espaços de recordação. Para ela as iniciativas relacionadas à memória são uma forma de compensar o que foi destruído através destes livros, objetos e projetos, ou seja um pouco do que foi ainda pode ser mantido.

Figura 3 – Flâmula



Fonte: Acervo Associação de Ex-alunos do Instituto de Educação General Flores da Cunha

Por fim, a Associação mantém uma pequena Biblioteca, na qual são reunidos livros lançados por ex-alunos. Atualmente, esta coleção encontra-se dispersa entre residências de associadas, aguardando a conclusão da reforma do prédio do IE para retornar a sua sede. Os vários lugares de memória apresentados neste trabalho – objetos, datas, comemorações, territórios, histórias elaboradas sobre acontecimentos – funcionam como um lembrete de uma identidade pessoal ou grupal. Como salienta Coser (2017, p. 239), as narrativas têm o ”poder de enfrentar a amnésia pessoal, cultural e social”. Tanto o IE quanto a Associação resistem ao tempo e às adversidades na esperança de que as obras sejam concluídas e um retorno seja, enfim, possível. Enquanto isso ficam as lembranças e as memórias móveis.

O acervo da Associação é composto por diversos registros documentais, aqui concebidos como produtos da memória do grupo, preservados pelas gestões da Associação ao longo do tempo, responsáveis pela coleta, seleção e guarda dos materiais. Os registros documentais, em diversos formatos, são testemunhos de uma época, eles apresentam informações sobre a sociedade, as suas instituições e as concepções sobre a educação, currículo, entre outras. Todos esses espaços e suportes de recordação surgem como uma iluminação do passado, sendo que os grupos e indivíduos necessitam deste para compor sua identidade e com esta base compor uma ideia de futuro (ASSMANN, 2011).

Sobre a seleção dos itens que fariam parte ou não do acervo, uma das entrevistadas nos relatou:

Não havia preocupação de selecionar, guardava os recortes, as entrevistas, produção científica ou pedagógica, não havia um critério vale, não vale. O Projeto memória procurava guardar o que um dia seria útil, o material dos professores associados. Tínhamos o acervo de fotografias, de registros. A ideia sempre foi essa, que a gente guardasse como memória.

Critério: documento que um dia pode ser útil já é um critério: aliás, tudo seria importante. (ENTREVISTADA B)

Através da narrativa da entrevista B, percebemos que os produtos de memória da Associação foram escolhidos e guardados através de um critério intuitivo, o que os membros da diretoria ao longo do tempo consideraram como algo representativo da memória para o futuro. A memória foi sendo criada, divulgada e recuperada como um processo espontâneo, através de projetos de curadoria contínua, como o Projeto Memória, por exemplo. Esta forma de gerir o acervo, quase artesanal, uma vez que não houve critérios explícitos ou de um profissional técnico ou setor dedicado exclusivamente ao tema, se mostrou efetiva no entanto, para o objetivo desta instituição. Para Thiesen (2013), a recuperação da memória institucional deve ser buscada não somente nos materiais e fontes internas, mas fora dos muros institucionais. A memória da educação passa pela memória dos alunos. Essa memória possui viés diferenciado, pois é a memória de ex-alunos que extravasa aquilo que a instituição trouxe para eles, isto é, parte de sua identidade.

Nesta pesquisa foi possível evidenciar conceitos sobre o tema da Memória Institucional na prática. Entendemos que o trabalho com a memória varia conforme o porte e a finalidade da instituição ou empresa, porém obedece a preceitos comuns como definição de um compromisso de salvaguardar a identidade institucional, coletar materiais físicos, digitais, depoimentos, organizar, disponibilizar e criar produtos. Analisamos alguns produtos de memória como os cadernos biográficos do Projeto Memória e o Boletim Informativo da Associação de ex-Alunos do IE Flores da Cunha, flâmula e materiais que buscam sintetizar o passado, o presente e projetar um futuro tanto da Associação quanto do IE, instituições relevantes na história da educação gaúcha.

A Memória institucional, um trabalho que envolve preferencialmente um gestor na área, pode fortalecer a cultura interna, a reputação institucional e a gestão do aprendizado obtido através da resolução de problemas e conflitos (PAZIN, VITORIANO, 2019). Porém além do conhecimento técnico uma genuína vontade de contar e manter viva a narrativa institucional se faz necessária para um projeto de qualidade.

5 Considerações finais

O objetivo deste artigo foi conhecer como se construiu a memória da Associação de ex-alunos do Instituto de Educação General Flores da Cunha de Porto Alegre/RS a partir da identificação e da análise dos produtos memoriais gerados pela Associação que auxiliaram na construção da sua memória institucional. Os produtos de memória gerados e armazenados são resultados das ações da Associação ao longo de sua existência desde sua fundação em 1960. Nesse sentido, houve uma série de esforços dos associados e de várias gestões da Associação no intuito de registrar e de preservar a sua memória.

O estudo de caso realizado junto a Associação possibilitou identificar e analisar quais são os produtos de memória gerados pela mesma e seu estado de conservação. Entre os produtos de memória encontramos livros pertencentes ao “Projeto Memória”, os Boletins Informativos, (que continuam sendo impressos e enviados aos seus sócios, meio que divulga as atividades acerca da Associação) e a Flâmula com o símbolo do Instituto de Educação.

Os responsáveis pela preservação de tais registros memoriais foram as direções e os membros que participam da Associação e da atual equipe da UFRGS. Esta última realizou um trabalho técnico, desenvolvendo atividades, envolvendo ações de higienização, descrição e guarda dos registros gerados pela

Associação. Isso que auxiliou na gestão do acervo.

Assim, foi possível compreender de que forma os registros memoriais auxiliaram na construção da memória institucional da Associação de Ex-alunos do Instituto de Educação General Flores da Cunha, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul e do Instituto de Educação. Os produtos de memória, derivados das ações da Associação, ajudaram no cultivo e na preservação da memória afetiva do grupo, fortalecendo os laços de identidade e pertencimento dos alunos e ex-alunos do IE.

O trabalho desenvolvido pela Associação de Ex-alunos do IE durante seus quase 60 anos de atuação teve e continua tendo grande relevância para a memória do Instituto de Educação. A preservação dos documentos da Associação de Ex-alunos, possibilita que a memória institucional seja reativada pelos membros da Associação, seus gestores e a comunidade. A preservação das informações, que constam nos registros memoriais, mostra a dedicação das diretorias e dos associados envolvidos. Além disso, a preservação dos registros faz com que as memórias dos ex-alunos sobre a escola mantenham-se vivas.

Referências

- ASSMANN, A. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BAUMAN, Z. **Vida para consumo**: A transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- CANAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.
- COSER, S. Lugares de memória. In: GONZÁLEZ, E. C. P.; COSER, S. **Em torno da memória**: conceitos e relações. Porto Alegre: Editora Letra1, 2017.
- FREITAS, L. S.; GOMES, S. L. R. Quem decide o que é memorável?: A memória de setores populares e os profissionais da informação. In: FORO SOCIAL DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO, BIBLIOTECONOMIA, Buenos Aires, 2004. **Anais...** Buenos Aires, 26-28 ago. 2004. 11 p. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/view/3967/2298>>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- GONDAR, J.; DODEBEI, V. **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contracapa, 2005.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. atual. São Paulo : Atlas, 2017.
- NASSAR, P. **Relações públicas**: a construção da responsabilidade histórica e o resgate da memória institucional das organizações. 3. ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2012.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez, 1993.
- PARRELA, I; NASCIMENTO, A. Memória Institucional e Arquivologia: uma discussão teórico metodológica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, número especial, p. 176-188, jan./mar. 2019. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/3901/2240>>. Acesso em: 13 jan. 2021.

PAZIN VITORIANO, M. C. C. Centros de memória como estratégia de preservação e acesso à informação retrospectiva. **Revista do arquivo São Paulo**, ano V, n. 9, p. 87-102, out. 2019. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/09/pdf/Autora_Convidada_-_VITORIANO_C_C_M_-_Centros_de_memoria_como_estrategia_de_preservacao_e_acesso_a_informacao_retrospectiva.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

THIESEN, I. **Memória institucional**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.